

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE 28 DE JUNHO DE 2021

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, no Auditório Municipal, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos iniciou-se a sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Peso da Régua de harmonia com a convocatória de 17 de junho de 2021, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Apreciação da informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e da situação financeira do Município.
- 2) Apresentação, discussão e aprovação da prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços e respetivo aditamento – Ecoambiente “Prestação de Serviços de gestão dos resíduos urbanos e higiene urbana dos Concelhos de Vale do Douro – Norte – Lote 1 e lote 2”.
- 3) Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal relativa à 3ª alteração ao orçamento da despesa e da receita de 2021.
- 4) Apresentação, discussão e aprovação do relatório de gestão - exercício de 2020.

Feita a chamada, verificou-se que não estavam presentes os Deputados Ana Paula Teixeira de Carvalho, Carla Sofia Marracho Borges, Fábio Sandro de Carvalho Guedes, Manuel Fernando Seixas Coutinho, Marlene Monteiro de Almeida, Gabriela Maria Portela de Mesquita Guimarães, tendo sido substituída pelo Deputado António Manuel Alves Serafim, e Nuno José Vieira Fernandes, substituído pelo Deputado Manuel Monteiro Carvalhosa Rocha.

No conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Mesa destacou a presença na tomada de posse da Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua e uma carta recebida de um empresário, queixando-se este da insegurança noturna que sente, nomeadamente no seu estabelecimento bem como das dificuldades que tem em encerrar e a atuação tardia da GNR.

No tratamento de assuntos gerais para o interesse da Autarquia, usou da palavra o deputado do PS, Mário Janeiro, que pediu esclarecimentos pelo facto de o polidesportivo de Vilarinho dos Freires ainda não ter avançado nem haver perspectiva de conclusão dessa obra, decorridos estes anos. Mais questionou sobre a finalidade e público-alvo do parque

infantil da mesma freguesia, se é de usufruto apenas para o lar ou para a população de Vilarinho.

De seguida teve a palavra o deputado do PS, Luis Monteiro para dar conta do trabalho exercido pelo grupo de trabalho criado na Assembleia Municipal, relativamente ao tema da extinção das freguesias.

Em resposta ao deputado do PS, Luis Monteiro, o deputado do PSD, Raúl Gonçalves solicitou que fosse ali dito quem eram os responsáveis da agregação de freguesias, fazendo uma retrospectiva histórica do sucedido. Ainda sobre o tema afirmou que o PS teve seis anos para resolver tamanha injustiça e se não o fez foi porque não teve vontade política para tal, não permitindo que, em tempo útil se pudesse reverter a situação.

O deputado do PS, Luis Monteiro, responde, esclarecendo alguns factos.

Procedeu-se à discussão da ata da última Assembleia municipal e posta à votação foi a mesma aprovada, com 22 votos a favor e 1 abstenção, justificada por não ter estado presente.

Entrando no 1º ponto da ordem do dia iniciou-se a apreciação da informação escrita do Ex. Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade e a situação financeira do município.

Relativamente à atividade do Município o Sr. Presidente realçou alguns pontos:

- A situação atual do Hospital, informando que o processo está no tribunal de contas devido à contestação de uma empresa concorrente. Mais informou que outros esclarecimentos já foram respondidos e que se aguarda o levantamento da suspensão do processo.
- O ponto de situação do processo das Caldas do Moledo, comunicando que foram pedidos esclarecimentos por parte do tribunal e que se aguarda um documento da CCDR-N para se poder responder.
- O projeto da Milnorte, para o qual foi feito o Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e realizadas reuniões com as entidades envolvidas, nomeadamente as Infraestruturas de Portugal, a Direção Geral da Cultura, a APA e a Comissão de Coordenação. Ainda sobre o tema informou que das abordagens de todas as entidades nota-se uma boa receptividade ao mesmo bem como a existência de um entendimento transversal de que este é um investimento que pode avançar. De seguida o Sr. Presidente fez uma apresentação do

projeto mostrando os passos que foram executados até ao momento e o que se pretende para a finalidade do espaço.

- A continuidade do Centro de Vacinação, de acordo com as vacinas disponíveis. Ainda sobre o tema informou a Assembleia que a Câmara Municipal irá continuar a assegurar o pagamento do médico existente no espaço, pois entende ser desumano deslocar a população para Vila Real e a eficiência não seria a mesma.

Por último, responde ao deputado Mário Janeiro que considera inaceitável a situação do polidesportivo de Vilarinho dos Freires, esclarecendo que dos cinco empreiteiros convidados apenas respondeu um e que estaria acordado desde o início do ano que a obra iria avançar mais rápido, mas que, efetivamente, tal não aconteceu. Ainda em resposta ao deputado, esclareceu que o espaço em questão, pertencente ao lar de Vilarinho dos Freires é público e que permite não só ter máquinas para a população de idade mais avançada, mas também um parque infantil para usufruto de toda a freguesia.

Todos os partidos prescindiram da palavra.

Deu-se entrada no ponto 2 da ordem do dia, tendo a palavra o Sr. Presidente da Câmara que informou que no âmbito da recolha e transporte de resíduos urbanos o contrato com a CIM Douro está a terminar. Mais comunicou que se pretende juntar os municípios e lançar um concurso conjunto, juntando a recolha dos resíduos orgânicos. No entanto, devido ao término do contrato de Vila Real ser apenas no final do ano, pretende-se alongar o contrato existente, por mais um ano, para, posteriormente, avançarem os municípios todos juntos para um novo contrato.

Usou da palavra o deputado da CDU, António Serafim, para pedir esclarecimentos do aumento de custos que poderá haver.

Pelo PS, tomou a palavra o deputado Mário Janeiro, que afirmou que, após ter ouvido a explicação do Sr. Presidente, ficaram esclarecidas algumas questões que tinha sobre o tema, no entanto salientou que não estará certo se tal situação não fará acrescer os custos aos reguenses.

O PSD prescindiu da palavra.

Retomou a palavra o Sr. Presidente para esclarecer que os munícipes não terão qualquer aumento de custos, pois o mesmo será debitado à receita da Câmara Municipal e é lá que será refletido. Ainda sobre o tema respondeu ao deputado Mário Janeiro afirmando que naturalmente o novo contrato será mais caro, pois o que está em vigor tem já seis anos e,

entretanto, o salário mínimo aumentou, logo agora os valores desta prestação de serviços serão mais elevados. No entanto, os municípios todos juntos tentarão ao máximo reduzir os custos que se possam ter e minimizar o aumento inevitável dos mesmos, que se vai refletir nas contas da Câmara Municipal.

O deputado da CDU, António Serafim, usou novamente da palavra para realçar que a preocupação da CDU é que não existam aumentos para os munícipes e que não ficou convicto de que tal não irá acontecer.

O Sr. Presidente, em resposta ao deputado António Serafim, questiona-o a que CDU este se refere, da Régua ou nacional, pois as orientações do governo, que o seu partido tem apoiado, não são essas. Ainda sobre o tema lembrou o deputado da CDU que o seu partido não contestou a taxa de depósito em aterro ter sido duplicada e que quem vai assumir é a Câmara Municipal. Mais uma vez esclareceu que a gestão da água continua a ser pública, pois o atual e o anterior executivo nunca cederam às tentações de entregar a água a privados. Mais lembrou que quem gere a água são os municípios e os três membros da direção, da qual faz parte, trabalham na mesma a custo zero.

Segue, anexa a esta ata, a declaração de voto do Partido Socialista.

Posta à votação, foi a proposta aprovada com 17 votos a favor, 0 abstenções e 6 votos contra.

Entrando no 3º ponto da ordem do dia tomou a palavra o Sr. Presidente para esclarecer que a proposta vai no sentido de apresentar a alteração que antecede à aprovação das contas, acrescentando o saldo de gerência do ano anterior.

Todos os partidos prescindiram da palavra.

Posta à votação, foi a proposta aprovada, por unanimidade, com 23 votos a favor.

Dando entrada no ponto 4 da ordem do dia, teve a palavra o Sr. Presidente que realçou que 2020 foi um ano atípico, mas que se tentou igualmente que todos os projetos e compromissos fossem seguidos, alguns não com a celeridade que se pretendia, mas que estão a andar. Salientou ainda, que este foi o primeiro ano sem a gestão das águas e que tal facto se reflete nas contas do município, com menos um milhão e quatrocentos mil euros de dívida, que existia no início do ano e que neste âmbito se isentaram os comerciantes de taxas fixas. Ainda sobre o tema, informou que se atingiu o valor de referência ultrapassando os 85% de execução, destacando o lançamento de um conjunto vasto de obras. Referiu, ainda que este Governo criou condições e permitiu aos

municípios associarem-se para criar as suas próprias empresas de gestão da água. Por último evidenciou que se encontram a decorrer obras no terreno, no valor de 15 milhões de euros.

Usou da palavra o deputado da CDU, António Serafim, que salientou que valoriza a realização dos projetos em obra, nomeadamente o mercado, o moledo, os bairros sociais, a Av^a Dr. Manuel de Arriaga e a estrada do Corgo, manifestando desagrado com o atraso destas duas últimas. Ainda sobre o tema, referiu que, no que se refere ao Gabinete de Inserção Profissional da Câmara Municipal, discorda do tipo de contratos que são efetuados, nomeadamente os Contratos Emprego Inserção. Por último, destacou que se nota um maior equilíbrio entre a despesa e a receita, no entanto nem tudo vai de encontro ao inicialmente previsto.

Pelo PS, o deputado Luis Monteiro destacou, positivamente, as políticas adotadas no combate à pandemia, para famílias e empresas.

No que ao relatório de contas diz respeito evidenciou que o mesmo é semelhante aos anos anteriores e que as promessas ficaram aquém de serem cumpridas.

De seguida, efetuou uma análise extensiva a alguns valores de execução, destacando que considera a revista Cais do Mundo um desperdício de recursos financeiros.

Por último, frisou a perda contínua de população, o desagrado com a falta de investimento por parte da Câmara Municipal que leva a perda de competitividade, o aumento de impostos, desde 2009 e o aumento da água.

Segue, anexa a esta ata, a intervenção escrita do Partido Socialista.

Tomou, de seguida, a palavra o deputado do PSD, Raúl Gonçalves, que responde ao deputado Serafim dizendo que não há obras sem constrangimentos. Enalteceu, ainda, o cumprimento dos compromissos estabelecidos e também os que foram surgindo de forma inesperada, mesmo atravessando um período conturbado e muito complicado.

Usou novamente da palavra o Sr. Presidente respondendo ao deputado Serafim que naturalmente gostaria que as obras decorressem rapidamente, informando que quanto à obra do Corgo já alertou para os problemas que ainda existem e que a mesma não parou, apenas tem fases e equipas diferentes no terreno. No que respeita aos Contratos Emprego Inserção salientou que é 100% a favor da realização dos mesmos, que a Câmara Municipal recorreu a este tipo de contratos, sendo que muitos dos munícipes já se encontram nos quadros do Município e que entende que este tipo de contratos deveria também ser alargado ao setor privado.

De seguida respondeu ao deputado Luis Monteiro referindo ficar satisfeito por este elogiar os mandatos anteriores, mas o que critica hoje, também criticou naquela altura.

No seguimento, transmitiu que o plano e orçamento, sendo uma previsão, é ajustado à realidade do momento e lembrou que durante o ano não houve grandes críticas sobre esse mesmo plano ou a execução do mesmo.

Quanto à revista municipal, recordou a Assembleia que quando chegou ao executivo da Câmara Municipal já existia uma e a atual é bem mais barata, sendo que foi uma ideia retirada dos programas do PS, que considerou fundamental que existisse.

No que à perda de população diz respeito referiu que entende que, provavelmente, nenhum partido da oposição de nenhum concelho não vá falar no assunto, como se apenas a oposição soubesse a solução para resolver o problema. Usou como exemplo as pessoas que trabalhavam no Colégio Salesiano, cujo Governo fechou, obrigando os trabalhadores a terem que ir trabalhar para os grandes núcleos.

Ainda no uso da palavra, referiu diversas obras e investimentos que anteriormente serviram de grandes discussões, mas que atualmente já ninguém afirma que foram más opções para a melhoria da qualidade de vida dos reguenses.

Usou da palavra o deputado da CDU, António Serafim, que referiu que um trabalhador deve ser contratado através de um contrato de trabalho efetivo e não através dos Contratos Emprego Inserção. Mais referiu que quanto ao Rendimento Social de Inserção, este tem apoio do Fundo Social Europeu e foi atribuído a pessoas que viviam grandes dificuldades, com o qual concorda que seja atribuído e concorda igualmente com o Sr. Presidente, que os beneficiários do mesmo deveriam ter acesso ao mercado de trabalho.

Ainda no uso da sua palavra reconheceu que a receita e despesa foi mais ou menos cumprida de acordo com o previsto, mas afirma que houve impostos que prejudicaram as pessoas e, em alguns aspetos, o previsto distanciou-se do executado. Por último, manifestou apreço pelo trabalho da Mesa da Assembleia, do Presidente da mesma e de todos os deputados, que sempre trabalharam de forma positiva.

Segue, anexa a esta ata, a intervenção escrita da CDU.

Tomou a palavra o deputado do PS, Luis Monteiro, para dar nota que na sua intervenção o Sr. Presidente abordou diversos assuntos que não têm a ver com este mandato. De seguida, afirmou que esperava ter contribuído de forma positiva para o bem-estar dos reguenses.

Pelo PSD, usou da palavra o deputado Raúl Gonçalves que agradeceu as palavras do Sr. Presidente, salientando que este pode sempre contar com o seu apoio, pois reconhece que os compromissos assumidos são honrados.

Teve a palavra o Sr. Presidente afirmando que compreende o que a constituição consagra sobre os direitos do trabalho, mas reafirma que para quem recebe qualquer valor de Rendimento Social de Inserção devem ser criadas condições para que se insiram no mercado de trabalho, nomeadamente através de Contratos Emprego Inserção, na impossibilidade de poder existir outro tipo de contrato.

Salientou ainda que não se pode apoiar o trabalho feito com as famílias e depois criticar a despesa de capital, devendo entender-se que o apoio às famílias é despesa corrente. Concluiu a sua intervenção dizendo que não parece fazer sentido, tal como em outros anos, vir à Assembleia de setembro, dado ser um ano eleitoral. Afirmou, ainda, que nunca esperou que todos estivessem sempre de acordo com tudo, mas que sempre se trabalhou, apesar das diferenças, com lealdade uns aos outros, com o espírito de contribuir para o desenvolvimento da nossa terra e, como tal, agradeceu a disponibilidade de cada um.

Posta à votação, foi a proposta aprovada, por maioria, com 17 votos a favor, 0 abstenções e 6 votos contra.

Usou da palavra o Sr. Presidente da Mesa propondo que, tal como em outros anos anteriores, não se realize a Assembleia de setembro, pois será um período de campanha eleitoral. Fez um agradecimento generalizado à equipa do Auditório Municipal e a todos os membros da Assembleia Municipal, destacando o esforço do secretário da Mesa, Júlio Mota, solicitando um aplauso para este.

Usaram da palavra os secretários da Mesa, Júlio Mota para agradecer o aplauso e Paula Santos para afirmar ter sido um gosto trabalhar com todos e em especial com o seu colega secretário da Mesa, Júlio Mota.

Por último, o Presidente da Mesa propôs a leitura da minuta da ata e que posteriormente cada elemento que pretendesse pudesse usar da palavra, havendo as intervenções de agradecimento dos deputados Raúl Gonçalves e Mário Janeiro e do Sr. Vereador Agostinho Santa.

Nada mais havendo a tratar, a Assembleia deliberou por unanimidade, estando presentes, vinte e três dos Senhores Deputados, aprovar a presente ata, em minuta, para surtir efeitos

imediatos, nos termos e para os efeitos consignados nos nºs 3 e 4, do art.º 57º, do anexo I, da Lei nº. 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pelos membros da Mesa.